

< Voltar para listagem

☰ Licitação

⚙️ Configurações ▼

💡 Sobre ▲

📅 Novidades

🛒 Compra Direta

Número do Processo	Situação	Número do Edital
288/2025 PMT	Aguardando Abertura	288/2025 PMT

Dados da Licitação	Dados do Edital	Itens	Esclarecimento/Impugnação	Recurso/Contrari
--------------------	-----------------	-------	---------------------------	------------------

Esclarecimentos

Nenhum esclarecimento encontrado.

Este processo não possui nenhum esclarecimento até o momento.

Detalhe Impugnação



Data	Empresa	Situação
02/10/2025 18:10:21	PR COMERCIO DE AUTO PECAS E IMPORTADORA LTDA	Aguardando Resposta
Assunto Impugnação Impugnação e Esclarecimento		
Visualizar Anexo		

Ações



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ – SC

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 288/2025

PR COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS E IMPORTADORA

LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 28.174.440/0001-84, com sede na Rodovia BR 470, nº 7887, Galpão 02, Bairro Tribess, Blumenau – SC, CEP: 89.056-600, vem a vossa senhoria, com fulcro no Item 15 do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico SRP nº 288/2025 interpor a presente:

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL,

Cujo objeto é o “Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes necessários, destinados à frota de veículos de passeio, utilitários de pequeno porte, caminhonetes, caminhões, micro-ônibus, ônibus, máquinas pesadas e implementos agrícolas da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquia.”.

REGRA DO EDITAL QUESTIONADA

A empresa impugnante, sediada em Blumenau/SC e atuante no ramo de serviços de mecânica em geral, manifesta seu interesse em participar do certame licitatório em referência. Entretanto, ao analisar o Edital, constatou que o Item 10.4 do Termo de Referência estabelece a seguinte previsão:

EDITAL

9.2.5. Quanto à Qualificação Técnica:

[...]

d) Apresentar na proposta, declaração formal, sob as penas legais, de que dispõe de oficina mecânica localizada no raio máximo indicado para o item de

contratação pretendido ou comprovação da distância, em quilômetros, da proponente até a sede da Prefeitura de Timbó/SC, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, medido por estrada.

TERMO DE REFERÊNCIA

JUSTIFICATIVA PARA LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

Define-se o raio de **20 (vinte) km de distância** rodoviária entre a licitante e a Prefeitura de Timbó/SC para conserto de motocicletas, veículos de passeio/ utilitários de pequeno porte/ caminhonete, veículos à diesel, vans, caminhões, micro-ônibus, ônibus, equipamentos e implementos agrícolas, tratores agrícolas e feixe de molas, e de no máximo **90 (noventa) km de distância** rodoviária entre a licitante e a Prefeitura de Timbó/SC para conserto das máquinas pesadas, retroescavadeira, escavadeiras hidráulicas, rolo compactador, rodantes em esteira, motoniveladora e carregadeira, uma vez que, quando não for possível o conserto na sede da Secretaria requisitante, esta ficará responsável pelo transporte do veículo até na sede da contratada..

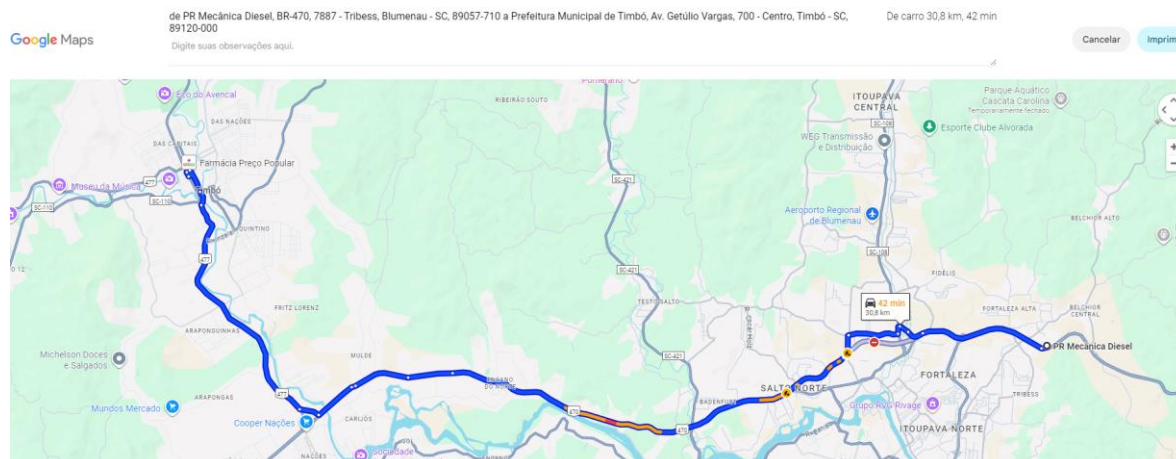
Esta licitação é dividida em Lotes, conforme segue:

- Lote 01 – serviços de feixe de molas, embuchamento e amortecedores para caminhões e ônibus;
- Lote 02 – serviços mecânicos para veículos de passeio e utilitários de pequeno porte;
- Lote 03 – serviços mecânicos para veículos a diesel e vans (até 16 lugares);
- Lote 04 – serviços elétricos para veículos de passeio, utilitários de pequeno porte, caminhonetes e vans (até 16 lugares);
- Lote 05 – serviços elétricos para caminhões, ônibus, máquinas, máquinas pesada e tratores agrícolas
- Lote 06 – serviços eletrônicos para veículos de passeio e utilitários de pequeno porte, caminhonete e van (até 16 lugares)
- Lote 07 – serviços de funilaria, chapeação e pintura para veículos de passeio, utilitários de pequeno porte, caminhonetes e vans (até 16 lugares)
- Lote 08 – serviços de funilaria, chapeação e pintura para caminhões, ônibus e máquinas pesadas
- Lote 09 – serviços em motocicletas
- Lote 10 – serviços de ar condicionado para veículos de passeio, utilitários de pequeno porte, veículos à diesel e vans (até 16 lugares)
- Lote 11 – serviços em carregadeiras
- Lote 12 – serviços em escavadeiras hidráulicas

- Lote 13 – serviços em tratores e implementos agrícolas
- Lote 14 – serviços em motoniveladoras
- Lote 15 – serviços em retroescavadeiras
- Lote 16 – serviços em rolo compactador
- Lote 17 – serviços em trator esteira
- Lote 18 – serviços em caminhões e ônibus
- Lote 19 – serviços na parte rodante das máquinas
- Lote 20 – serviços de torno e solda para equipamentos agrícolas
- Lote 21 – serviços de torno e solda para veículos e máquinas
- Lote 22 – serviços mecânicos e manutenção geral do motor à diesel cummins, do serviço autônomo municipal de água e esgoto
- Lote 23 – serviços de mecânica geral dos veículos a diesel, incluindo a manutenção do sistema hidráulico dos compactadores (implemento) e serviços de torno e solda para a frota dos veículos do setor de coleta de resíduos

Distância geográfica

Nossa empresa está estrategicamente localizada às margens da BR-470, no número 7887, Galpão 02, no Município de Blumenau – SC. Possuímos fácil acesso ao Município de Timbó e outras localidades. Estamos a uma distância rodoviária de apenas 30 km da Prefeitura Municipal de Timbó, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700 - Centro, Timbó – SC.



Esta distância atende plenamente aos requisitos estabelecidos para os Lotes: 11, 12, 14, 15, 16, 17 e 19, por estarem todos na mesma categoria descrita no Termo de Referência:

- Lote 11 – serviços em carregadeiras
- Lote 12 – serviços em escavadeiras hidráulicas
- Lote 14 – serviços em motoniveladoras
- Lote 15 – serviços em retroescavadeiras
- Lote 16 – serviços em rolo compactador
- Lote 17 – serviços em trator esteira
- Lote 19 – serviços na parte rodante das máquinas

Todavia, nos lotes 03, 05, 08 e 23 foram identificados serviços que apresentam características que permitem sua classificação em mais de uma das categorias previstas no Termo de Referência.

- Lote 03 – serviços mecânicos para **veículos a diesel** e vans (até 16 lugares)
- Lote 05 – serviços elétricos para caminhões, ônibus, **máquinas, máquinas pesada** e tratores agrícolas
- Lote 08 – serviços de funilaria, chapeação e pintura para caminhões, ônibus e **máquinas pesadas**
- Lote 21 – serviços de torno e solda para veículos e **máquinas**
- Lote 23 – serviços de mecânica geral dos **veículos a diesel**, incluindo a manutenção do sistema hidráulico **dos**

compactadores (implemento) e serviços de torno e solda para a frota dos veículos do setor de coleta de resíduos

Ademais, há ainda o Lote 22, correspondente ao motor de um gerador, o qual não se enquadra em nenhuma das categorias estabelecidas.

- Lote 22 – serviços mecânicos e manutenção geral do motor à diesel cummins, do serviço autônomo municipal de água e esgoto

Diante do exposto, solicitamos esclarecimento ao Município de Timbó quanto à possibilidade de nossa empresa, situada a apenas 30 km de distância rodoviária do prédio da prefeitura, participar, nos termos do Edital, dos Lotes 03, 05, 08, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22 e 23.

Alteração da categoria para os Lotes 13, 18 e 20

Nossa empresa tem interesse e plena capacidade para atender aos Lotes mencionados; contudo, em razão de uma classificação imprecisa, esses serviços foram enquadrados como se fossem de veículos de passeio, o que não é tecnicamente correto.

Considerando a natureza dos objetos constantes dos Lotes 13 (serviços em tratores e implementos agrícolas), 18 (serviços em caminhões e ônibus) e 20 (serviços de torno e solda para equipamentos agrícolas), verifica-se plena identidade técnico-operacional com o segmento de manutenção de máquinas pesadas (tais como retroescavadeiras, escavadeiras hidráulicas, rolos compactadores, máquinas sobre esteiras, motoniveladoras e carregadeiras). Em todos esses grupos, predominam motopropulsores a diesel, sistemas de transmissão e eixos dimensionados para alta carga, conjuntos hidráulicos de média e alta pressão, sistemas pneumáticos e freios robustos, além de eletrônica embarcada típica do ciclo pesado.

Sob o ponto de vista técnico, veículos a diesel (vans de grande porte, caminhões, micro-ônibus e ônibus), tratores agrícolas e implementos compartilham arquiteturas de potência e conjuntos auxiliares equivalentes: motores de alto torque, gerenciamento eletrônico dedicado, redes de comunicação veicular do segmento pesado, bem como periféricos (turbocompressor, arrefecimento reforçado, alimentação e pós-tratamento) dimensionados para operação severa. Tais características os afastam do universo “leve” e os aproximam, de forma objetiva, do parque de máquinas pesadas.

A manutenção elétrica e eletrônica desses equipamentos demanda infraestrutura específica: scanners e interfaces de diagnóstico para plataforma diesel pesada, bancadas de teste para componentes, equipamentos de medição e calibração compatíveis com sistemas de média/alta corrente, além de técnicos qualificados para interpretação de parâmetros e estratégias de controle típicas de aplicações pesadas. Esse mesmo conjunto de recursos é o utilizado rotineiramente em retroescavadeiras, escavadeiras e demais máquinas de construção, o que evidencia a convergência de requisitos.

No campo mecânico, os serviços exigem ferramental e estrutura de grande porte — elevadores e suportes de alta capacidade, prensas, bancadas robustas, ferramentas específicas para subconjuntos pesados (embreagens, diferenciais, sistemas pneumáticos e hidráulicos), bem como áreas físicas e logística adequadas para movimentação segura de componentes volumosos. Oficinas capacitadas para máquinas pesadas são, em regra, as mesmas que atendem caminhões e ônibus, tratores e implementos agrícolas, otimizando o uso de ativos e garantindo padrão técnico uniforme.

Quanto ao Lote 20 (torno e solda para equipamentos agrícolas), trata-se de atividades de metalmecânica imprescindíveis e indissociáveis do universo pesado: usinagem de eixos, buchas, alojamentos e flanges de maior diâmetro; recuperação de sedes e alojamentos; soldagens

estruturais (processos MIG/MAG/TIG/arco) em chassis, braços, suportes, caçambas e implementos; preparação térmica e acabamento para suportar ciclos de carga e vibração elevados. Esses processos, por sua natureza e risco, são próprios de oficinas qualificadas para máquinas pesadas, que dispõem de tornos e soldas dimensionados para peças de grande massa e para juntas com requisitos estruturais.

Do ponto de vista da segurança operacional e da confiabilidade, a execução em oficinas pesadas reduz falhas pós-manutenção e mitiga riscos decorrentes de intervenções em sistemas críticos (direção, freios, hidráulicos e eletrônicos), cujas consequências, em caso de erro, são potencializadas em equipamentos de alto peso operacional. A centralização em estrutura especializada assegura rastreabilidade, procedimentos padronizados e conformidade com boas práticas de engenharia.

Por fim, sob a ótica administrativa, o enquadramento conjunto promove padronização de escopo, amplia a competitividade entre oficinas efetivamente habilitadas para o porte dos serviços, e favorece ganhos de escala, com reflexos positivos em disponibilidade de frota, prazos de atendimento e economicidade.

Dada a identidade de sistemas, de métodos de diagnóstico e de infraestrutura exigida, é técnica e operacionalmente coerente que os Lotes 13, 18 e 20 sejam tratados na mesma categoria de “conserto de máquinas pesadas”, ao lado de retroescavadeiras, escavadeiras hidráulicas, rolos compactadores, equipamentos sobre esteiras, motoniveladoras e carregadeiras e que seja permitida a participação de empresas dentro do raio de 90 km.

Corroborando com o nosso pedido o Tribunal de Contas de Santa Catarina já emitiu parecer em casos similares.

Em face dessa irregularidade, foram indicados como responsáveis os Srs. Carlos Cava, Hugo Lembeck e Marco Vinicius Pereira de Carvalho. Os dois primeiros apresentaram manifestação de igual teor, respectivamente, às fls. 887-889 e 946-949, sustentando, em síntese, **que o estabelecimento de distância máxima entre a assistência técnica e o Município visou a garantir a agilidade na prestação dos serviços, o que estaria em harmonia com o interesse público**, de forma que inexistiria ato atentatório à competitividade.

Ora, as alegações dos responsáveis não merecem ser acolhidas. É elementar à ideia de licitação o respeito ao princípio da isonomia, do qual decorre a igualdade de condições entre quaisquer interessados em participar do certame, ressalvadas, por óbvio, eventuais restrições expressamente previstas em lei ou devida e inequivocamente justificadas no processo licitatório.

No presente caso, os responsáveis se limitaram a afirmar que o marco restritivo de 200 km asseguraria a agilidade na prestação dos serviços, mas não foram tecidas quaisquer considerações acerca do por que desses 200 km (e não 100 ou 300 km, por exemplo), bem como do fundamento para justificar que uma assistência técnica localizada a uma distância maior não atenderia, necessariamente, aos interesses e agilidade requeridos pela Administração.

Com efeito, essa necessária agilidade que de fato requer a execução de serviços de assistência técnica, poderia ter sido assegurada com alguma exigência relativa ao tempo de retorno e conclusão da manutenção/conserto, o que certamente seria mais eficiente do que a vaga exigência de localização física que, na prática, não garante de fato que os serviços serão prestados em tempo razoável. Dependendo da estrutura de determinada empresa, uma com sede no norte do País pode ser muito mais ágil e eficiente na solução de problemas do que uma empresa localizada no mesmo Município da Unidade Gestora.

Os responsáveis também buscaram afastar sua responsabilização, alegando que essa Corte de Contas estabelece distância máxima na contratação de fornecimento de combustíveis para os veículos do Tribunal. Ocorre que a comparação pretendida pelos responsáveis é absolutamente despropositada, conforme bem resume o já citado doutrinador Marçal Justen Filho[5]:

Há casos em que o particular deverá manter disponível para a Administração um local para a execução da prestação. O exemplo clássico é o fornecimento de combustível. O contrato pode estabelecer que o particular manterá um posto de fornecimento de combustível, ao qual se dirigirão as viaturas da Administração para abastecimento, quando necessário. Nesse caso, a distância geográfica até o posto representa um fator relevante por duas razões, eis que o deslocamento do veículo importa consumo de combustível e de tempo. Logo, quanto mais distante o posto, tanto maior será o combustível e o tempo despendidos. Isso significa que a questão geográfica apresenta relevância sobre o conteúdo da prestação a ser executada, o que exige indispensável consideração.

Seria antijurídico que, numa situação como essa, o edital estabelecesse que o critério de julgamento seria o menor preço por litro de combustível, independentemente da localização do estabelecimento do licitante. Isso produziria resultado totalmente despropositado. Seria imaginável a vitória de um licitante estabelecido a milhares de quilômetros de distância do local em que estivessem sediados os veículos.

Dessa forma, percebe-se que os responsáveis não apresentaram nenhuma justificativa passível de afastar a presente restrição, mantendo-se, portanto, a responsabilização dos Srs. Carlos Cava e Hugo Lembeck.

Quanto ao Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho, assessor jurídico e parecerista no processo licitatório em questão, já foi analisado no item 1 deste parecer que o responsável não apresentou manifestações pontuais acerca do mérito das irregularidades que lhe foram imputadas, limitando-se a tentar afastar sua responsabilização alegando ilegitimidade passiva, o que, como visto, não merece prosperar. Dessa forma, tendo em vista a inequívoca omissão do advogado parecerista em aprovar o processo licitatório mesmo com a grave restrição à competitividade consubstanciada na limitação geográfica debatida neste item, sua responsabilidade também deve ser mantida.

Com tudo isso, deve ser aplicada multa aos Srs. Carlos Cava, Hugo Lembeck e Marco Vinicius Pereira de Carvalho em razão da presente restrição, consoante o disposto na conclusão deste parecer.

Processo n.: @REP 22/80014208

Decisão n.: 883/2022

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 e 113 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Considerar procedente a Representação apresentada pela empresa JR Reparação e Manutenção Mecânica Eireli, CNPJ n. 23.904.186/0001-09, com fundamento no §1º do art. 113 da Lei n. 8.666/93, comunicando suposta irregularidade no edital do Pregão Presencial n. 041/2022, promovido pela Prefeitura Municipal de Palhoça, que visa à contratação de serviços para manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças, componentes e materiais originais, para os veículos pesados pertencentes à frota das secretarias, fundos e autarquias do Município de Palhoça, ante a indevida exigência, contida no item 19.33 do instrumento convocatório, de limitação geográfica de localização da oficina sem razoáveis justificativas, que privilegia indevidamente particulares estabelecidos no próprio Município, particularmente nas proximidades da sede da Prefeitura Municipal, em desconformidade com o art. 3º da Lei n. 8.666/93 e, conseqüentemente, em contrariedade ao interesse público da contratação.

E mais recentemente, no processo de representação nº @ REP 24/80010273, no Relatório DLC nº 437/2024 de 14/05/2024, onde o Município de Itajaí foi parte, tem a seguinte orientação:

Diante do exposto, e considerando também o Relatório DLC-117/2024, a Diretoria de Licitações e Contratações sugere ao Exmo. Sr. Relator:

3.1. CONSIDERAR PROCEDENTE a presente representação, com base na Instrução Normativa n.º 021/2015, para considerar Irregular o Edital de Pregão Eletrônico n.º 371/2023, que visa a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos para o Corpo de Bombeiros Militar de Itajaí, em razão da seguinte irregularidade:

3.1.1. Exigência no item 13.31 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 371/2023, de que a empresa contratada deverá estar no máximo a um raio de 35 km de distância do Corpo de Bombeiros Militar de Itajaí, sem justificativas razoáveis, acarretando restrição à competitividade e potencial de prejuízo econômico à Administração Pública, em afronta ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93, ao art. 37, inc. XXI, e art. 70, caput, da Constituição Federal (item 2 deste Relatório)

Tal alteração tem por objetivo garantir a participação de oficinas devidamente capacitadas, assegurar a manutenção adequada desses veículos e, conseqüentemente, preservar os princípios da economicidade e da eficiência na contratação pública, estando em consonância com as justificativas apresentadas no Termo de Referência da presente licitação.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requeremos

a) Solicita-se esclarecimento acerca da possibilidade de participação de oficinas localizadas em um raio de até 90 km de distância, considerando que, no caso específico desta empresa, a sede está situada a apenas 30 km, nos Lotes 03, 05, 08, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22 e 23.

b) Requer-se a alteração do Termo de Referência, a fim de unificar a distância rodoviária máxima em até 90 km para todos os lotes do certame. Caso não seja acolhida a aplicação uniforme, solicita-se, ao menos, que o referido limite seja estendido para os Lotes 03, 05, 08, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22 e 23, objeto do pedido de esclarecimento anterior, bem como para os Lotes 13, 18 e 20. Tal modificação encontra respaldo nas justificativas apresentadas e assegurará não apenas a participação desta empresa, mas também a ampliação da competitividade e a observância dos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

Nestes Termos,
Pede deferimento

Blumenau, 02 de outubro de 2025.

PR COMERCIO DE AUTO
PECAS E IMPORTADORA
LTDA:28174440000184

Assinado de forma digital por PR
COMERCIO DE AUTO PECAS E
IMPORTADORA
LTDA:28174440000184
Dados: 2025.10.02 18:08:43 -03'00'

PR COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS E IMPORTADORA LTDA
CNPJ: 28.174.440/0001-84